



**A Política Externa do Governo Bolsonaro:  
algumas considerações críticas sobre a relação sino-brasileira<sup>1</sup>**  
*The Foreign Policy of the Bolsonaro Government:  
some critical considerations about the Sino-Brazilian relationship*

**Nairana Karkow Bones**

Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPEL. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq Geopolítica e Mercosul (GeoMercosul) e Laboratório de Geopolítica, Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos (LabGRIMA) da UFPEL

**Charles Pennaforte**

Doutor em Relações Internacionais pela Universidad Nacional de La Plata/Argentina. Professor Adjunto na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Líder do GeoMercosul e coordenador do LabGRIMA.

**Caio Junior Auler**

Acadêmico do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pesquisador GeoMercosul e do LabGRIMA da UFPEL.

---

<sup>1</sup> Recebido para Publicação 09/11/2022. Aprovado para Publicação em 15/03/2023.

DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.10116255>





## Resumo

A China aumentou sua presença na América Latina, em alternativa à dinâmica centro-periferia que historicamente orienta as relações entre os países latino-americanos e os Estados Unidos. Neste sentido, as relações entre Brasil e China aprofundaram-se e desde 2009 o país asiático é o principal parceiro comercial brasileiro. Contudo, com a chegada de Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto em 2019, o país adotou uma postura “anti-China” e de alinhamento ao governo Donald Trump (2017-2020) dos EUA. Desta forma, este trabalho visa responder os seguintes questionamentos: como se desenvolveram as relações entre Brasil e China sob o alinhamento automático a Washington? Quais as contradições entre as tentativas de mudança das diretrizes da política externa, tendo em vista o papel da China no comércio exterior brasileiro? A abordagem metodológica utilizada é análise de dados de caráter qualitativo, desenvolvida por meio de análise documental e de revisão bibliográfica. Ao longo do trabalho, pôde-se averiguar que houve uma alteração da linha tradicional da política externa brasileira em 2019 - resultando em aproximação à gestão Trump e adoção de postura hostil em relação a Pequim. Ainda, verificou-se que as relações comerciais sino-brasileiras mantiveram-se relativamente estáveis no período observado, o que leva a concluir que, apesar do desgaste político-diplomático, a participação chinesa no percentual de exportações totais brasileiras de 2019 a 2022 continuou consideravelmente alta, revelando a importância e a necessidade recíproca de um país para o outro.

**Palavras-chave:** Política Externa Brasileira, Relações Brasil-China, Alinhamento automático, Comércio bilateral. 4

## Abstract

China has increased its presence in Latin America, as an alternative to the core-periphery dynamic that has historically guided relations between Latin-American countries and the United States. In this sense, relations between Brazil and China have deepened and since 2009 the Asian country has been Brazil's main trading partner. However, with the arrival of Jair Bolsonaro at Palácio do Planalto in 2019, the country adopted an “anti-China” posture and alignment with the US Donald Trump administration (2017-2020). In this way, this article aims to answer the following questions: how did the relations between Brazil and China develop under the automatic alignment with Washington, D.C.? What are the contradictions between the attempts to change the guidelines of foreign policy, in view of China's role in Brazilian foreign trade? The methodological approach used is qualitative data analysis, developed through document analysis and bibliographic review. Throughout this work, it can be observed that there was a change in the traditional Brazilian foreign policy in 2019 - resulting in approximation with the Trump administration and the adoption of a hostile posture towards Beijing. Furthermore, it was found that Sino-Brazilian trade relations remained relatively stable in the period observed, which leads to the conclusion that, despite the political-diplomatic attrition, Chinese participation in the percentage of total Brazilian exports from 2019 to 2022 continued considerably high, which reveals the importance and reciprocal need from one country to the other.

**Keywords:** Brazilian foreign policy, Brazil-China relations, Automatic Alignment, Bilateral trade.





## Introdução

**A** China vem estabelecendo relações pragmáticas com a América Latina e desafiando a dinâmica tradicional centro-periferia que orienta as relações entre a região e os Estados Unidos. Esse cenário está atrelado a ascensão econômica chinesa na conjuntura internacional, que aumentou a sua atuação, sua influência, e suas relações diplomáticas e comerciais com outros países; como também se insere no âmbito da constatação do enfraquecimento do poder geopolítico, econômico e ideológico do país norte-americano como potência mundial, conforme evidencia Wallerstein (2004). Enfraquecimento este também amparado na análise do declínio do ciclo sistêmico de acumulação capitalista apontado por Arrighi (1996).

Em 1974, houve o restabelecimento das relações político-diplomáticas entre Brasil e China, uma vez observada a aproximação da agenda de desenvolvimento e objetivos comuns dos dois países no cenário internacional (OLIVEIRA, 2010). A cooperação bilateral obteve destaque no pós-Guerra Fria, mas aprofundou-se de maneira mais contundente após o início dos anos 2000, quando a China passou a ter maior inserção comercial-econômica no país latino-americano. Resulta daí que, desde 2009, o país tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro, ultrapassando os EUA (MÁXIMO, 2010)<sup>2</sup>.

Entretanto, em 2019, houve a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência, governo marcado por uma política externa de alinhamento automático a gestão de Donald Trump (2017-2021), onde para o então chanceler Ernesto Araújo (2019-2021) “O relacionamento com os Estados Unidos talvez seja a parceria mais negligenciada nos últimos anos no Brasil, por uma visão que os Estados Unidos seriam uma parceria que não se deveria trabalhar em várias áreas, o nosso propósito é recuperar o tempo perdido.” (AGÊNCIA BRASIL, 2019). Além disso, no próprio plano de governo de Bolsonaro, apresentado durante as eleições presidenciais em 2018, já era proposto que “[...] deixaremos de louvar ditaduras assassinas e desprezar ou mesmo atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália” (PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO, 2018, p. 79).

Diante do exposto, este trabalho busca analisar de maneira crítica a política externa do governo Bolsonaro, propondo-se responder às seguintes questões: como se desenvolveram as relações entre Brasil e China sob o alinhamento automático a Washington? Quais as contradições entre as tentativas de mudança das diretrizes da política externa, tendo em vista o papel da China no comércio exterior brasileiro? A abordagem metodológica utilizada neste artigo é análise de dados de caráter qualitativo, desenvolvida por meio de pesquisa documental e de revisão bibliográfica, utilizando tanto fontes de caráter primário, como discursos governamentais do período estudado, quanto secundário em livros, artigos científicos e imprensa em geral.

---

<sup>2</sup> Dados levantados no Ministério da Economia (2023), por meio do portal Siscomex, apontam que a China continua sendo o principal parceiro estratégico comercial do Brasil, tanto na importação de produtos chineses, quanto na exportação de produtos brasileiros para a China.





## 2019: Mudança na política externa brasileira

Os primórdios da inserção internacional organizada do Brasil ocorreram a partir de um viés pró-Estados Unidos, onde, pelo menos até a década de 1960, a política externa se caracterizava pela busca de um relacionamento especial com Washington, via barganha, alinhamento automático ou pragmático (LESSA, 2012). O ano de 1961 representou o marco da busca de uma política externa autônoma<sup>3</sup> brasileira no cenário internacional, a partir da instituição da Política Externa Independente (PEI), por meio da qual a relação bilateral Brasil-EUA foi substituída por diversos eixos, em que o intercâmbio com os estadunidenses foi definido como apenas mais uma alternativa, e que seguiria nas próximas décadas, até o ano de 2019<sup>4</sup>.

Após o fim da Guerra Fria (1947-1991), além da autonomia, aprofundou-se o caráter multilateral da política externa do Brasil, em que caracterizava-se pelos diversos mecanismos de cooperação internacional e regional, com o objetivo de ampliar as relações político-econômicas entre Estados, e a sua manutenção por meio de normas e regras (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). Foi também nesse contexto que o Brasil buscou fortalecer a cooperação com países da região, tendo-se como exemplo a criação do Mercosul em 1991.

O Brasil adentrou no século XXI com uma tradição diplomática e de política externa consolidada, baseada em princípios construídos ao longo do século XX. Com o passar dos anos, portanto, pode-se traçar linhas mestras ou tendências: o pacifismo, o juridicismo, o pragmatismo, o desenvolvimento econômico e o universalismo; este último representando a independência na ação e a diversificação de parcerias (CERVO, 1994).

Essas tendências auxiliaram o país a inserir-se internacionalmente e adequar-se às mudanças no cenário exterior, e fortalecer, nos anos 2000, a cooperação Sul-Sul<sup>5</sup>. Um importante fator nesse período foi que a China passou a exercer maior influência na América Latina e, atrelada a uma política externa brasileira multilateral, autônoma e universal, a relação sino-brasileira se intensificou nas últimas décadas por meio das mais diversas facetas.

Em paralelo a isso, o crescente desenvolvimento econômico chinês no cenário internacional gerou atritos entre o país asiático e os Estados Unidos. Esse cenário intensificou-se com a posse de Donald Trump à presidência dos EUA em 2017, culminando na chamada Guerra Comercial - a qual durou um pouco mais de dois anos. Por se tratar das duas maiores potências econômicas em disputa pelo poder, tensões tendem

<sup>3</sup> A chamada Política Externa Independente representou o primeiro esboço de uma autonomia no internacional, orientada à universalização das relações internacionais do Brasil, com destaque para o Terceiro Mundo e as relações Sul-Sul, como também a luta contra o subdesenvolvimento; ademais, ocorreram alguns movimentos de aproximação cautelosa entre Brasília e Pequim, materializada com a visita do então vice-presidente João Goulart em 1961 ao país asiático (CERVO; BUENO, 2011).

<sup>4</sup> Mesmo durante a ditadura militar (1964-1985), com retrocessos em alguns pontos, e sem caráter social modernizador, utilizou-se da agenda de autonomia “[...] o País necessitava exportar produtos primários de colocação cada vez mais difícil no mercado mundial, e, para tanto, as relações com as Europas capitalista e socialista, com a China Popular e com o Japão foram particularmente importantes” (VIZENTINI, 1999, p. 148).

<sup>5</sup> A Cooperação Sul-Sul é apresentada como uma alternativa à Cooperação Norte-Sul, em que há a implementação de políticas defendidas como sendo mais horizontais, menos assimétricas e fundadas entre países em desenvolvimento (MILANI; CARVALHO, 2012).





a continuar, pois os EUA têm como objetivo manter o *status quo* ocidental, enquanto a China surge como uma nova possibilidade de criar maior autonomia frente aos dilemas impostos pela atual configuração do Sistema Internacional (PENNAFORTE; SCHIERHOLT; BONES, 2020).

Devido ao deslocamento e às mudanças que a China provocou nas cadeias de produção e economia global, Golub (2019) afirma que para além da área comercial, o conflito entre EUA e China têm se mostrado cada vez mais geopolítico. Sob esse viés, se apresenta principalmente sob a esfera tecnológica, calcado nas iniciativas e esforços empreendidos pelo então governo Trump em barrar a proposta de 5G da empresa chinesa Huawei<sup>6</sup>.

A campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 ocorreu em meio a Guerra Comercial China-EUA. O então candidato fazia críticas às relações entre Brasil e China, e retratou o principal parceiro comercial brasileiro como um predador que tinha o objetivo de dominar setores cruciais da economia; essa retórica anti-China ameaçava estremecer o relacionamento lucrativo que beneficia ambos os países (UOL, 2018). Ainda, neste âmbito, aliada às críticas internas está a percepção, por setores ideológicos, de que o país asiático visaria utilizar seu crescimento econômico e político como ferramentas de dominação mundial, num movimento "denunciado" pelos chamados "antiglobalistas", grupo ao qual viria a pertencer o chanceler que assumiria o cargo no início do mandato presidencial, Ernesto Araújo (MARINS, 2020).

Com a posse de Bolsonaro à presidência em 2019, houve o início de uma política externa que demonstrou uma redução de um processo de manutenção da inserção autônoma do país no sistema internacional desde os anos 1960 (VALDEZ, 2020). O então alinhamento automático aos EUA - que depois mostrou-se ser mais a nível de governo, do que propriamente de Estado - e a busca por uma relação especial, sobretudo com a ex-gestão Trump, mostraram-se contrários à já consolidada tradição de universalização de parcerias, que ganhou destaque nas últimas décadas. De modo geral, portanto, "sob Bolsonaro, o alinhamento aos Estados Unidos não foi definido a partir dos interesses de Estado e sim de governo, e de modo voluntarista e unilateral" (VIDIGAL, 2019, p. 8).

Ademais, a política externa foi marcada por "total submissão das diretrizes diplomáticas ao projeto pessoal (ou familiar) de poder de Jair Bolsonaro, marcado pelo reacionarismo ideológico e pela truculência política, [...] algo inédito no Brasil, mesmo nos períodos autoritários, e desconhecido entre democracias consolidadas." (CASARÕES, 2020, s/p). Trata-se de uma consequência, principalmente, de o governo hostilizar parceiros estratégicos como argentinos, franceses, além de chineses, como já mencionado, o que descarta a recuperação econômica pela via do comércio internacional e aliança política com outros países.

Além disso, Bolsonaro minimizava o papel brasileiro em organismos internacionais como Mercosul e BRICS, importantes ferramentas para a diversificação e inserção no cenário internacional. Vale ressaltar, que no próprio programa de governo, Bolsonaro buscou sinalizar a preferência aos acordos e relações bilaterais (PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO, 2018). A partir disso, a retórica em relação ao alinhamento automático ao então governo dos EUA também foi reforçada na Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRICS em 2020, onde o chanceler brasileiro à época deixou claro em seu discurso que assumiu a agenda de Trump

---

<sup>6</sup> Uma iniciativa notável desenvolvida pelo governo de Donald Trump é a proposta "The Clean Network", que dispõe sobre privacidade e segurança de dados, visando proteger as informações de "atores malignos como o Partido Comunista Chinês" (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2020).





contra a China, com críticas pontuais ao que o país asiático defendia, como a maior governança global e o fortalecimento das organizações multilaterais (FUNAG, 2020).

O discurso empreendido por membros do governo brasileiro que refletia o desejo de um alinhamento automático entre EUA-Brasil, reverberava em ações práticas do Brasil no sistema internacional. A atuação do Brasil em organismos internacionais, neste sentido, é sintomática. Um exemplo, foi que em 2019, o país mudou sua posição histórica na ONU e votou contra a resolução que condena o embargo econômico dos EUA a Cuba. A resolução, que pede o fim do embargo à ilha, é votada todos os anos e sempre aprovada com grande maioria; o Brasil rompeu sua posição diplomática em que advogava a favor da resolução desde 1992 e, juntamente com Israel e EUA, votou pela manutenção do embargo (G1, 2019).

Uma outra questão sensível para a diplomacia brasileira sob Bolsonaro e que, na mesma medida, representava uma inflexão aos princípios e tradição historicamente estabelecidos pela política externa do país foi a sinalização, por parte do presidente, de transferência da embaixada brasileira em Israel para Jerusalém (VILELA, 2019). A mudança da embaixada dialogava com a posição adotada pelos EUA à época e atenderia reivindicações da base de apoio do governo no Congresso Nacional, especialmente a religiosa<sup>7</sup>.

Ademais, ao se alinhar às ações do ex-governo norte-americano de Trump, para enfraquecer agendas multilaterais, em temas como meio ambiente, direitos humanos, comércio internacional; espaços nos quais a diplomacia brasileira conquistou historicamente reconhecimento por seu ativismo e comprometimento, o Brasil se isolava internacionalmente (VALDEZ, 2020). Além dos efeitos no espectro internacional, as mudanças bruscas em política externa podem reverberar sob setores nacionais. Saraiva e Silva (2019) perceberam na política externa de Jair Bolsonaro uma disputa entre setores ideológicos e pragmáticos, sendo o próprio presidente um representante do primeiro grupo, o qual tem frequentemente provocado reações de atores internacionais e perdas à política externa.

Assim, o serviço diplomático do Brasil que era reconhecido pela excelente formação profissional e que garantia competência ao serviço, neste período, os diplomatas brasileiros começaram a ser:

[...] flagrantemente rebaixados e substituídos nas missões mais importantes por neófitos, cujo único atributo era uma suposta amizade com autoridades norte-americanas. A própria embaixada do Brasil em Washington, antes reservada aos mais experientes e notáveis diplomatas, passou longo período dirigida por interino, enquanto se discutia se ela devia, ou não, ser ocupada por um deputado sem qualquer qualificação, nem mesmo a necessária intimidade com o idioma local. Esse incomum padrão de relacionamento político-diplomático com os Estados Unidos, fundado exclusivamente em fatores ideológicos, não apresenta e tampouco poderia apresentar qualquer resultado que possa ser considerado proveitoso aos segmentos sociais que mais diretamente dependem deles (GONÇALVES; TEIXEIRA, 2020, p. 206).

---

<sup>7</sup> Assim, o país reconhecera Jerusalém, cidade alvo de disputas com a Palestina, como capital de Israel, sendo portanto uma afronta aos países árabes, importantes parceiros comerciais, e colocando em risco interesses econômicos nacionais já consolidados nesta região. Vale mencionar, que a visão vai contra o consenso construído junto à comunidade internacional, devido ao conflito histórico com a Palestina. Embora houvesse essa sinalização de mudança por parte de Bolsonaro, até junho de 2022 permanecia inalterada, como um objetivo não realizado. Para “compensar” o recuo na época, houve a criação de um escritório comercial do Brasil em Jerusalém (AGÊNCIA BRASIL, 2019a).





A pandemia de coronavírus também explicitou maior aproximação nas posições entre os líderes de Brasil e EUA durante o ano de 2020, que compartilharam a mesma retórica em relação à COVID-19. Bolsonaro e Trump minimizaram a gravidade do vírus, ignoraram a ciência, desenvolveram atritos com governos estaduais e buscaram a retomada da economia de seus países, mesmo sem o aval dos especialistas de saúde. No início da pandemia, o Brasil seguiu Washington na ONU e deixou de apoiar uma importante medida de cooperação contra o coronavírus; apenas Brasil, EUA e outros 12 países, dos 193 membros da organização, deixaram de patrocinar a resolução que previa cooperação internacional para o acesso global de vacinas, medicamentos e equipamentos médicos (ALONSO, 2020).

Logicamente, este alinhamento aos EUA - em especial a então gestão Trump - que o governo Bolsonaro buscou efetivar, não se mostrou positivo para o Brasil. Como visto, além de romper com a bem-sucedida tradição da universalização de parcerias da diplomacia brasileira, comprometeu os ganhos advindos da ação multilateral do Brasil e tem diminuído as possibilidades de ganhos concretos em termos políticos e econômicos para o país (VALDEZ, 2020). Como também, tem deixado de ter uma cooperação mais próxima com o seu principal parceiro comercial e país que tem atrito com os EUA, a China.

Embora Trump e Bolsonaro compartilhassem afinidades e ideologias semelhantes, através do desejo do governo Bolsonaro de estabelecer uma relação especial com os EUA, a aproximação mostrou-se frutífera apenas para os norte-americanos, e comprovando cada vez mais o *slogan* eleitoral de Trump de 2016 “*America First*”. Neste contexto, um acontecimento simbólico foi a redução de cotas de importação de produtos siderúrgicos brasileiros por Trump às vésperas da eleição presidencial norte-americana em 2020, enquanto o Brasil, para maior convergência com a política externa estadunidense, esvaziou seu papel na OMC, além de abdicar das vantagens comerciais de status de “país em desenvolvimento” na organização (CHADE, 2020).

Alguns outros episódios da evidente falta de reciprocidade dos norte-americanos, foram a então Fusão da Boeing com a Embraer, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) de Alcântara, a isenção unilateral de vistos aos norte-americanos, a posição dos EUA no interesse do governo brasileiro pelo ingresso na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e as relações econômico-comerciais em geral entre os dois países (THOMAZ; VIGEVANI, 2020), exemplos que demonstraram a intenção na aproximação de laços com os EUA por parte do governo brasileiro e a disparidade na contrapartida<sup>8</sup>.

Um fenômeno inédito após a redemocratização preconizado pela então “nova política externa brasileira”<sup>9</sup> foi a declarada campanha de Jair Bolsonaro pró-Donald Trump nas eleições norte-americanas de 2020, acarretando na violação do princípio da impessoalidade. Por meio de declarações e manifestações, o presidente brasileiro expôs sua preferência ao ex-mandatário norte-americano e seus desafetos ao atual

---

<sup>8</sup> Vale mencionar que muitas das negociações não tiveram origem no governo Bolsonaro, porém a forma pela qual foram levadas adiante demonstraram a alteração de valores, estratégias e orientação internacional, e que muitas vezes parece uma política sem manobra de barganha, que não possui expectativa de reciprocidade por parte dos EUA e cede por vontade própria.

<sup>9</sup> Nova Política Externa Brasileira foi a denominação oficial empregada pelo ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, acerca da mudança de diretrizes do Brasil na área de relações internacionais, conforme livro de mesmo nome publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão em 2020.





presidente dos EUA, Joe Biden, além de configurar-se entre um dos últimos líderes do mundo a reconhecer e parabenizar a vitória do democrata (BBC, 2020)<sup>10</sup>.

Especialistas acreditaram que não reconhecer a vitória de Biden na época e conseqüentemente a não reeleição de Trump foi “o maior erro cometido até agora pela política externa do presidente Jair Bolsonaro” (ALENCAR, 2020, s/p). Ao apostarem em uma única política externa estratégica alinhada aos EUA, e ao não reconhecer a vitória do atual presidente norte-americano, a diplomacia do governo Bolsonaro e do então chanceler Araújo fez com que o Brasil se isolasse cada vez mais nas relações internacionais.

## O papel da China no governo Bolsonaro

O crescimento acelerado da China nas últimas décadas, sua inserção como grande demandante de *commodities* no cenário internacional e de grande produtora de produtos manufaturados provocou intensos efeitos na economia mundial (HIRATUKA; SARTI, 2016). No Brasil, bem como na maioria dos países latino-americanos, esses efeitos geraram grande impacto, devido a região ser até então de influência predominantemente estadunidense<sup>11</sup>.

O desenvolvimento experienciado pela China e a sua atuação antissistêmica a credenciaram como uma alternativa viável para os países em desenvolvimento, especialmente aqueles interessados em cooperação Sul-Sul. Neste sentido, as relações econômicas, políticas e diplomáticas do país asiático com a América Latina - que é considerada uma região estratégica - e especialmente com o Brasil, se intensificaram. Rodrigues e Martins (2017) partem do pressuposto de que o crescimento chinês vem provocando uma recentralização da Ásia, ou “reorientalização” no sistema-mundo, enxergando a América Latina como uma região importante neste processo.

Neste sentido, Vidigal e Bernal-Meza (2020) compreendem que ocorre hoje uma transição hegemônica dos EUA para a China no sistema internacional; dessa forma, a opção de alinhamento aos norte-americanos revelava a ausência de pragmatismo da política externa de Bolsonaro e as conseqüentes divergências com a tradição brasileira na área, além de uma limitada capacidade de compreensão das mudanças estruturais internacionais. Com base nesse cenário, observa-se um descompasso que poderia classificar-se como um novo “passo fora da cadência”, conforme conceitualizado por Cervo e Bueno (2011), no que diz respeito ao setor “dito ideológico” na reformulação da política externa, a partir de uma visão ultraconservadora, em comparação ao quadro de transição hegemônica e as próprias necessidades comerciais brasileiras.

---

<sup>10</sup> Mais de um mês e meio após a vitória de Biden, finalmente, no dia 15 de Dezembro, Bolsonaro reconheceu por meio de um comunicado oficial, restando apenas Kim Jong-un, da Coreia do Norte; importante mencionar que durante este período, Bolsonaro acusou deliberadamente de fraudulento o processo eleitoral dos EUA, o que não encontrou respaldo jurídico nas investidas de Trump para reverter o resultado do pleito (STRUCK, 2020).

<sup>11</sup> Ademais, as relações comerciais sino-brasileiras ao longo dos anos podem ser consideradas um exemplo de tendência de aproveitamento natural de cada país, em que a especialização é fruto das vantagens comparativas no comércio internacional (FEISTEL; HIDALGO, 2012). Enquanto recursos naturais e produtos primários são bem mais presentes e abundantes na economia brasileira, capital e produtos manufaturados o são na economia chinesa.





Historicamente, a América Latina sempre orbitou os EUA e esteve subordinada a seus interesses, o que traz mais sensibilidade para a região e lhe confere maior importância geopolítica e estratégica em sua aproximação com a China. Neste sentido, sob o ponto de vista geoeconômico, a América Central e Caribe configurariam-se como a “periferia imediata” dos EUA, enquanto a América do Sul seria uma “periferia distante” (PENNAFORTE, 2020). Enquanto zona de influência direta estadunidense, a maior presença chinesa na região provocaria reordenamentos na organização política, econômica e de segurança do hemisfério.

Outros governos ou presidentes antecessores a Bolsonaro não haviam duvidado da importância da China na política exterior brasileira; entretanto, como candidato em 2018, Bolsonaro já trazia insegurança e via o país asiático como uma ameaça (VIDIGAL, 2019). Juntamente com a aproximação à então gestão de Donald Trump, o governo brasileiro passou a adotar uma postura hostil em relação à China, especialmente no discurso - seja ele oficial ou extra-oficial - marcado frequentemente por um caráter agressivo, beligerante e, por muitas vezes, preconceituoso.

No entanto, ainda que houvesse manifestações de desconfiança após a posse de Bolsonaro em janeiro de 2019, principalmente setores econômicos - como o agronegócio - pressionaram para que as relações bilaterais entre Brasil e China não fossem prejudicadas no governo recém empossado. Essas pressões são reflexo da importante posição que Pequim ocupa na estrutura econômica brasileira, pela qual geraram-se expressivos impactos na política nacional, e sucessivos acontecimentos que demonstravam a importância chinesa.

Um exemplo foi a visita de Hamilton Mourão, vice-presidente do Brasil à China em maio de 2019, que foi considerada apaziguadora e decisiva nas desconfianças entre os dois países. Na visita, Mourão ressaltou o fato de que estava no principal parceiro comercial do Brasil dos últimos dez anos e apontou um potencial para a expansão dos negócios bilaterais (SANTORO, 2019).

Ainda, os expressivos montantes de importação e exportação nas relações Brasil-China influenciaram uma mudança de atitude de Bolsonaro em sua visita à China em outubro de 2019. “Estava ansioso para esta visita porque temos na China o primeiro parceiro comercial e me interessa muito fortalecer este comércio, bem como ampliar novos horizontes. Hoje podemos dizer que uma parte considerável do Brasil precisa da China, a China também precisa do Brasil”, disse Bolsonaro durante o encontro (VERDÉLIO, 2019).

Diante disso, em novembro de 2019, um consórcio da Petrobras e das estatais chinesas CNOOC e CNOOC foi o único a realizar proposta em leilão do pré-sal; o Ministro da Economia, Paulo Guedes admitiu posteriormente que Bolsonaro pediu ajuda à China para evitar maiores prejuízos no leilão da cessão onerosa de petróleo do pré-sal (HESSEL, 2020).

Vale apontar, que a intensificação das relações bilaterais nos últimos anos vinha criando recordes anuais nos fluxos de comércio entre os dois países. Em 2020, de acordo com levantamento realizado pela Secretaria de Comércio Exterior, no primeiro quadrimestre do ano - isto é, de janeiro a abril - produtos como óxido de alumínio, minério de cobre, ouro, algodão e soja obtiveram recordes nas exportações brasileiras para a China (UOL, 2020), reforçando o caráter primário dos produtos enviados ao país asiático<sup>12</sup>. Além disso,

<sup>12</sup> Esse ponto é discutível, pois demonstra uma relação assimétrica, principalmente quando relacionado a produtos de alta tecnologia. Enquanto o Brasil exporta produtos primários e de baixo valor agregado para o país asiático, importa dos chineses





mesmo com a pandemia e com algumas fronteiras fechadas, com impulso da China, as projeções da renda total de produtores de grãos no Brasil demonstravam um salto de US\$ 250 bilhões em 2019 para US\$ 304 bilhões no ano de 2020 (MELLO, 2020).

**Tabela 1:**

Exportações do Brasil (valor em FOB bilhões)				
Ano	China	Saldo	Estados Unidos	Saldo
2018	US\$ 63,9	US\$ 28,8	US\$ 28,7	- US\$ 6,4
2019	US\$ 63,3	US\$ 27,3	US\$ 29,7	- US\$ 6,3
2020	US\$ 67,8	US\$ 33	US\$ 21,5	- US\$ 13,3
2021	US\$ 87,9	US\$ 40,2	US\$ 31,1	- US\$ 16,5
2022	US\$ 89,4	US\$ 28,7	US\$ 37,4	- US\$ 13,9

**Fonte:** Dados disponibilizados pela Secretaria de Comércio Exterior, vinculado ao Ministério da Economia (2023).

Segundo a tabela acima, as exportações do Brasil para a China registraram em 2018 US\$ 63,9 bilhões, apresentando ligeira queda no ano seguinte, 2019, com o total de US\$ 63,3 bilhões, para, então, terminar o ano de 2020 somando US\$ 67,8 bilhões. A participação chinesa no total de exportações brasileiras aumentou de 28,7% em 2019, para 32,4% em 2020, o que reforça a importância do mercado consumidor chinês e a dependência cada vez maior do Brasil em relação ao país asiático nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro.

Já em 2021, o total de exportações brasileiras ao país asiático foi de US\$ 87,9 bilhões, o que correspondeu a 31,3% do montante de exportações. Além disso, em 2022 o valor das exportações do Brasil para a China somou US\$ 89,4 bilhões, com relativa queda no percentual chinês de participação das exportações, reduzindo para 26,8%.

Importante mencionar, que o Brasil teve um superávit de US\$ 27,3 bilhões em 2019, US\$ 33 bilhões em 2020, e US\$ 40,2 bilhões em 2021 no seu comércio com a China; neste mesmo período, teve um déficit,

produtos manufaturados. E essa relação com a China faz com que o Brasil continue com o seu papel na economia do sistema-mundo.



respectivamente, de US\$ 6,3 bilhões, US\$ 13,3 bilhões, US\$ 16,5 bilhões no seu comércio com os EUA. Vale destacar também que nos últimos dez anos houve uma redução significativa nos negócios entre Brasil e EUA.

Conforme dados levantados pela pesquisa do Conselho Empresarial Brasil e China, em 2019 os investimentos chineses no Brasil alcançaram US\$ 7,3 bilhões, enquanto em 2020 chegaram a US\$ 1,9 bilhão, menor cifra desde 2014, em queda associada aos efeitos da pandemia (CARIELLO, 2021). Ademais, em 2021, o *China Global Investment Tracker* (2022), contabilizou US\$ 5,8 bilhões, inclusos US\$ 2,94 bilhões realizados pelas petrolíferas CNPC e CNOOC. Contudo, observa-se também que os investimentos chineses no Brasil passaram a ser cada vez menos bem-vindos no período, uma vez que o país começou a se valer de travas técnicas e burocráticas que visavam favorecer empresas de outras nacionalidades quando em disputa de licitações com empresas chinesas; a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3 e o congelamento de um fundo de investimentos bilaterais em infraestrutura estão entre os exemplos mais recentes dessas barreiras (WIZIACK, 2020).

Um ponto significativo da política externa de Bolsonaro reside sob a adesão do Brasil à tecnologia de 5G, que parece ser a nova roupagem do conflito entre a China e os EUA. Em novembro de 2020, o governo brasileiro sinalizou apoio aos princípios da iniciativa *Clean Network* do então governo Donald Trump; o apoio não representava uma adesão oficial, mas tornaria distante uma parceria do Brasil com a empresa chinesa Huawei, líder no segmento (ESTADO DE MINAS, 2020). Entretanto, em 2021, após a saída de Trump da Casa Branca, o Palácio do Planalto reconsiderou sua posição acerca da Huawei, não impondo restrições à participação da empresa chinesa na criação da rede 5G no país (FERNANDES, 2021). A tecnologia de 5G não deixa de ser considerada um fator importante no campo geopolítico estratégico da atualidade, pois é uma disputa que envolve inovação, negócios e zona de influência em locais geoestratégicos.

Além disso, o governo criou incidentes diplomáticos de forma unilateral com a China. Em março de 2020, em meio a pandemia de COVID-19, o Deputado Federal e então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Eduardo Bolsonaro, por meio de publicações e comentários em uma rede social, veiculou a China como culpada pelo surgimento do novo coronavírus, além de, em outra publicação, o denominar como “vírus chinês”; as declarações resultaram em uma discussão pública com o Embaixador da China no Brasil à época, Yang Wanming. Indispensável assinar que o episódio foi agravado por uma desastrosa nota do então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, que resultou em um ofício de repúdio e apelo à valorização das relações entre os dois países por parte do Consulado Geral da China no Rio de Janeiro, com uma carta em que tem o título “Valorize as Relações China-Brasil, Deputado Eduardo” (YANG, 2020).

Ademais, o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, foi pivô de uma das crises diplomáticas após publicar uma mensagem em menção à China de cunho xenofobo em uma rede social em abril de 2020. O agora ex-ministro afirmou na época, em tom pejorativo, que a China sairia fortalecida da pandemia e que esta seria um plano geopolítico chinês para dominar o mundo; a declaração foi imediatamente rechaçada pela Embaixada da China no Brasil, que repudiou veementemente toda e qualquer iniciativa deliberada de difamar o país e seus cidadãos, por meio de uma nota oficial (CILO, 2020). Reforçando ainda mais as tensões e aumentando o tom ríspido da diplomacia entre os dois países, em dezembro de 2020, Bolsonaro ordenou que sua equipe ministerial não recebesse em audiência o então embaixador da China no Brasil, Yang Wan Ming (JARDIM, 2020).





Crises diplomáticas como essas deveriam ter sido evitadas em qualquer período, mas foram significativamente agravadas neste devido a centralidade da China na pandemia, como também na pauta de comércio exterior brasileira. Deste modo, o Brasil empreendeu uma crescente deterioração das relações diplomáticas com a China; inúmeras crises entre os dois países foram geradas em decorrência de atritos criados por agentes de relevância e importância na política nacional, resultando em respostas contundentes por meio de cartas oficiais das contrapartes chinesas.

Vale destacar que o Ministério da Agricultura temia que, com a deterioração das relações diplomáticas, a China passasse a procurar outros mercados para o fornecimento de produtos agrícolas. Conforme levantado por simulações do Ministério da Agricultura, cerca de US\$ 8 bilhões em vendas e 800 mil empregos poderiam ser cortados caso os chineses cortassem em apenas 10% as compras de nossos produtos (WIZIACK, 2020)<sup>13</sup>.

Durante a pandemia de coronavírus no Brasil, o atraso no envio de Insumos Farmacêuticos Ativos chineses para produção nacional de vacinas suscitou debates acerca da relação conturbada entre os dois países, sendo aventada a possibilidade de os embates políticos bilaterais serem um dos motivos para o impasse; contudo, o governo brasileiro negou que as questões políticas e diplomáticas fossem fatores responsáveis, afirmando que se tratavam apenas de questões técnicas e burocráticas (G1, 2021). Isso refletiu no fornecimento e distribuição da primeira vacina disponibilizada no Brasil, a CoronaVac, que é de origem chinesa.

O governo de Jair Bolsonaro foi um teste de fogo para a diplomacia chinesa na América Latina, que, segundo especialistas, foi muito mais sofisticada, ao apostar no multilateralismo e evitar dar conselhos públicos aos governos latino-americanos, do que a estadunidense, que se concentrava em alertar sobre a presença chinesa na região; a diplomacia estadunidense, porém, ignorava os benefícios que investimentos chineses poderiam trazer aos países latino-americanos, como modernização de infraestrutura e impulsionamento do desenvolvimento, o que revelava que uma escolha entre os dois atores pode não ser a melhor estratégia (STUENKEL, 2018).

Dessa maneira, a postura beligerante adotada em relação à China, principalmente durante a gestão de Ernesto Araújo, além de ferir os princípios implícitos e tradicionais da política externa brasileira apontados por Cervo (1994), como o pragmatismo, pacifismo e universalismo, desrespeitou os próprios princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Brasil, como o repúdio ao racismo.

A partir da posse do último chanceler do governo Bolsonaro, Carlos Alberto França, que iniciou-se em abril de 2021, foi possível observar uma moderação no discurso da política externa brasileira. No que tange às relações com a China, destacava-se a retomada de uma posição mais pragmática, evidenciada pelo reconhecimento da importância da relação bilateral na exposição de França ao Senado brasileiro, onde afirmava que:

---

<sup>13</sup> Segundo o jornal *South China Morning Post*, a China começará a comprar soja da Tanzânia, que fica em uma região de alta influência e de investimentos pelos chineses, com objetivo de diminuir a dependência do Brasil e dos EUA, em que ¾ de toda importação é de origem brasileira (NYABIAGE, 2020). Mesmo estando no início do processo, representava um interesse chinês de diversificar mais o seu mercado da soja internamente.





A China, como não poderia deixar de ser, é outro país junto ao qual trabalhamos prioritariamente. Trata-se, é evidente, do maior parceiro comercial do Brasil e de um dos cinco maiores investidores estrangeiros no país. [...] Mas queremos um relacionamento econômico-comercial com a China ainda maior, e também mais diversificado. Nossas exportações para a China, ainda concentradas em poucos produtos primários (BRASIL, MRE, 2021, s.p.).

No plano internacional, apesar da mudança retórica e o resgate de algum grau de pragmatismo, o Brasil seguiu isolado e sem credibilidade. A ausência de uma política externa ativa manteve o país mais distante das discussões e agendas até o fim do governo Bolsonaro. A partir do retorno à normalidade, a posição do Itamaraty adotada em relação à Guerra na Ucrânia, por exemplo, que ocorre desde fevereiro de 2022, foi sistêmica e em concordância com a comunidade Ocidental, não gerando grandes repercussões.

## Considerações finais

A política externa brasileira experimentou profundas transformações sob a gestão de Jair Bolsonaro e do então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Houve mudança de eixos estruturais e alinhamento automático da gestão Trump nos EUA, que provocaram ruptura com a tradição diplomática brasileira, especialmente no âmbito do pragmatismo e da autonomia na atuação externa. Deste quadro, decorreu a alteração de posições oficiais então consolidadas e a atuação do país em organizações internacionais, bem como o abandono da cooperação Sul-Sul.

Dentre as principais mudanças ocorridas na política externa encontra-se a relação bilateral Brasil-China. O país asiático se configura como o principal parceiro comercial do Brasil há mais de uma década e os dois países possuem economias interdependentes. Entretanto, sob a gestão Bolsonaro, optou-se deliberadamente pela deterioração das relações político-diplomáticas entre os dois países.

Apesar do desgaste político, os fluxos de comércio permaneceram relativamente estáveis, o que revela a importância e a necessidade recíproca de um país para o outro, ainda que a China já demonstre o desejo de expandir e diversificar suas fontes principais de matéria-prima para além do Brasil. Conclui-se, portanto, que a participação da China no percentual de exportações totais brasileiras de 2019 a 2022 é consideravelmente alta, o que, em outras palavras, significa que a dependência em relação ao mercado consumidor do país asiático é significativa da mesma forma.

Deste modo, pode-se afirmar como contraproducente a estratégia da gestão de Bolsonaro em alterar as diretrizes da política externa do país e negligenciar a relação bilateral com a China por meio do desgaste político e diplomático, nos dois primeiros anos de seu governo. Para mais, com a mudança de gestão nos EUA e início do governo Biden, em 2021, o Brasil aprofundou seu isolamento no cenário internacional, perdendo influência e prestígio - num quadro que se manteve, apesar da mudança no Ministério das Relações Exteriores brasileiro e a consequente moderação discursiva, até o final da gestão Bolsonaro.





## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Kennedy. Bolsonaro comete maior erro diplomático ao não reconhecer vitória de Biden. UOL. 09/11/2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/kennedy-alencar/2020/11/09/bolsonaro-comete-maior-erro-diplomatico-ao-nao-reconhecer-vitoria-de-biden.htm>>. Acesso em: 07 de dez. 2020.

ALONSO, Lucas. Brasil segue EUA e deixa de apoiar medida da ONU de cooperação contra o coronavírus. Folha de S. Paulo. 21/04/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/brasil-segue-eua-e-deixa-de-apoiar-medida-da-onu-de-cooperacao-contracoronavirus.shtml>>. Acesso em: 04 de dez. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. A nova política externa brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores – 2019 / Ernesto Araújo. - Brasília: FUNAG, 2020.

ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX. Rio de Janeiro, Editora UNESP, 1996.

BRASIL. Ministério da Economia. SECRETARIA DO COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em: <[https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes\\_dados\\_consolidados/pg.html](https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html)>. Acesso em: 30 de maio 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. SISCOMEX. Disponível em: <<http://www.siscomex.gov.br/>>. Acesso em: 30 de abr. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Exposição do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal. Brasília, 06/05/2021.

BRASIL muda posição histórica e vota contra resolução que condena embargo a Cuba na ONU. G1. 07/11/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/07/brasil-muda-posicao-historica-e-vota-contraresolucao-que-condena-embargo-a-cuba-na-onu.ghtml>>. Acesso em: 04 de dez. 2020.

BRASIL registra alta das exportações para a China em meio à crise de covid-19. UOL. 14/05/2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/14/brasil-registra-alta-de-exportacoes-para-a-china-em-meio-a-crise.htm>>. Acesso em: 04 de dez. 2020.

CASARÕES, Guilherme. Política externa sob Bolsonaro e Ernesto Araújo inaugura a diplomacia populista. Folha de S. Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/politica-externa-sob-bolsonaro-e-ernesto-araujo-inaugura-a-diplomacia-populista.shtml>>. Acesso em: 06 de dez. 2020

CARIELLO, Tulio. Investimentos chineses no Brasil - Histórico, Tendências e Desafios (2007-2020). Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). 2021. Rio de Janeiro.

CILO, Hugo. A piada sem graça de Weintraub. IstoÉ. 10/04/2020. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/a-piada-sem-graca-de-weintraub/>>. Acesso em: 04 de dez. 2020.

CHADE, Jamil. Às vésperas da eleição, Trump dificulta entrada do aço brasileiro. UOL. 29/08/2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/08/29/trump-dificulta-entrada-do-aço-brasileiro.htm>>. Acesso em: 03 de dez. 2020.





China Global Investment Tracker. American Enterprise Institute. 21/02/2022. Disponível em: <<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em: 24 de abr. 2022.

CERVO, Amado. Relações Internacionais do Brasil. In: CERVO, Amado L (org.). O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: EDUNB, 1994.

\_\_\_\_\_; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil- 4ª ed. rev. ampl. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2011.

CINCO momentos em que Bolsonaro expressou torcida por Trump e desafeto por Biden. BBC News Brasil. 02/11/2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54728318>>. Acesso em: 06 de dez. 2020.

DISCURSO anti-China de Bolsonaro causa apreensão sobre negócios com o país. UOL. 25/10/2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/10/25/discurso-anti-china-de-bolsonaro-causa-apreensao-sobre-negocios-com-o-pais.htm>>. Acesso em: 03 de dez. 2020.

FALLET, João. 'Vírus chinês': como Brasil se inseriu em disputa geopolítica entre EUA e China sobre pandemia. BBC NEWS. 19 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51963251>>. Acesso em: 06 de dez. 2020.

FEISTEL, Paulo Ricardo; HIDALGO, Álvaro. O intercâmbio comercial Brasil-China: a questão das vantagens comparativas. Análise Econômica. Porto Alegre, ano 30, n. 57, p. 175-203. 2012. 17

FERNANDES, Augusto. Leilão 5G: governo não barra Huawei e pede criação de rede privativa. Correio Braziliense. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/01/4903633-leilao-5g-governo-nao-barra-huawei-e-pede-criacao-de-rede-privativa.html>>. Acesso em: 24 de abr. de 2022.

GOLUB, Philip S. China e Estados Unidos: uma guerra mais geopolítica do que comercial. Le Monde Diplomatique Brasil. n. 147, 2019.

GONÇALVES, Williams; TEIXEIRA, Tatiana. Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA. Sul Global. 1 (1): 192- 211. 2020.

GOVERNO Bolsonaro se aproxima de proposta dos EUA contra 5G chinês. ESTADO DE MINAS. 11/11/2020. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/11/11/internas\\_economia,1203530/governo-bolsonaro-se-aproxima-de-proposta-dos-eua-contr-5g-chines.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/11/11/internas_economia,1203530/governo-bolsonaro-se-aproxima-de-proposta-dos-eua-contr-5g-chines.shtml)>. Acesso em: 08 de dez. 2020.

GOVERNO brasileiro inaugura escritório comercial em Jerusalém. AGÊNCIA BRASIL. 15/12/2019. 2019a Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-12/governo-brasileiro-inaugura-escritorio-comercial-em-jerusalem>>. Acesso em: 10 de jun. 2022.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimentos direto estrangeiro. Revista Tempo do Mundo. v. 2 n.1 jan 2016.

HESSEL, Rosana. Guedes admite que Bolsonaro pediu ajuda aos chineses para leilão do pré-sal. Correio Braziliense. 05/08/2020. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/08/05/internas\\_economia,878713/g](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/08/05/internas_economia,878713/g)>





uedes-admite-que-bolsonaro-pediuaajuda-aos-chineses-para-leilao-do-pr.shtml>. Acesso em: 08 de dez. 2020.

INTERVENÇÕES do Ministro das Relações Exteriores, embaixador Ernesto Araújo, na reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRICS. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). 04/09/2020. Disponível em: <[https://funag.gov.br/images/2020/NovaPoliticaExterna/54\\_MEs\\_BRICS.pdf](https://funag.gov.br/images/2020/NovaPoliticaExterna/54_MEs_BRICS.pdf)>. Acesso em: 07 de dez. 2020.

JARDIM, Lauro. Bolsonaro proíbe ministros de conversarem com embaixador chinês. O Globo. 06/12/2020. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/bolsonaro-proibe-ministros-de-conversarem-com-embaixador-chines.html>>. Acesso em: 07 de dez. 2020.

LESSA, Antônio Carlos. O Barão do Rio Branco e a inserção internacional do Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional, 55 (1), 2012. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292012000100001](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292012000100001)>. Acesso em: 26 de nov. 2020.

MÁXIMO, Wellton. China torna-se principal parceiro comercial do Brasil após revisão de exportações. Agência Brasil. 2010. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/agenciabrasil/noticia/2010-01-14/china-torna-se-principal-parceiro-comercial-do-brasil-apos-revisao-de-exportacoes>>. Acesso em: 25 de nov. 2020.

MARINS, Carolina. O que é globalismo e por que ele é tão mencionado durante pandemia? UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2020/09/16/globalismo-pandemia-crise-internacional.htm>>. Acesso em: 13 de jun. 2022.

MELLO, Alessandra. China impulsiona recorde de vendas brasileiras de soja e carne bovina. Folha de S. Paulo. 30 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/china-impulsiona-recorde-de-vendas-brasileiras-de-soja-e-carne-bovina.shtml>>. Acesso em: 08 de dez. 2020.

MILANI, Carlos; CARVALHO, Tássia. Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. Estudos internacionais. v.1 n.1 jan-jun 2013 p. 11-35. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/5158/5168>>. Acesso em: 08 de dez. 2020.

MINISTRO nega que questão política atrase entrega de vacinas por Índia e China, mas não dá prazo. G1. 20/01/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/20/comissao-da-camara-ouve-ernesto-araujo-sobre-importacao-de-insumos-e-vacinas-contracovid-19.ghtml>>. Acesso em: 25 de jan. de 2021.

NYABIAGE, Jevans. China to start buying soybeans from Tanzania as it seeks new suppliers. South China Morning Post. 29 Oct. 2020. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3107445/china-start-buying-soybeans-tanzania-it-seeks-new-suppliers>>. Acesso em: 08 de dez. 2020.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. Brasil e China: uma nova aliança não escrita? Revista Brasileira de Política Internacional, 53 (2), 88–105. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n2/05.pdf>>. Acesso em: 26 de nov. 2020.





OURIQUES, Helton Ricardo; VIEIRA, Antônio Pedro. A condição semi-periférica do Brasil na economia-mundo capitalista: novas evidências. *Revista Carta Internacional*. v. 12, n. 3, 2017, p. 199-228. Disponível em: <[https://gpepsm.paginas.ufsc.br/files/2020/06/artigo\\_OuriquesVieira2017.pdf](https://gpepsm.paginas.ufsc.br/files/2020/06/artigo_OuriquesVieira2017.pdf)>. Acesso em: 08 de dez. 2020.

PENNAFORTE, Charles. *Movimentos antissistêmicos e Relações Internacionais*. Pelotas: Editora UFPEL, 2020. \_\_\_\_\_; SCHIERHOLT, Kássia; BONES, Nairana. A crescente influência chinesa no cenário global: algumas percepções. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*. v. 4. n. 12. 2020.

PROPOSTA de plano de Governo. O caminho da prosperidade, Bolsonaro 2018. Disponível em: <[https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/prop\\_osta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/prop_osta_1534284632231.pdf)>. Acesso em: 10 de jun. 2022.

“QUEREMOS recuperar tempo perdido”, diz chanceler sobre relação com os EUA. AGÊNCIA BRASIL. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-03/queremos-recuperar-tempo-perdido-diz-araujo-sobre-relacao-com-eua>>. Acesso em: 25 de nov. 2020.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; MARTINS, Carlos Eduardo da Rosa. A importância da América Latina para a recentralização asiática no sistema-mundo. *PLURAL*. v. 24. n. 2, p. 86-113. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/download/142995/137856/>>. Acesso em: 08 de dez. 2020.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. *Relações Internacionais*. nº 64. 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992019000400008](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992019000400008)>. Acesso em: 05 de dez. 2020.

SANTORO, Maurício. Mourão ganhou protagonismo em viagem à China. *Revista Época*. 26/05/2018. Disponível: <<https://epoca.globo.com/mourao-ganhou-protagonismo-em-viagem-china-artigo-23694767>>. Acesso em: 06 de dez. 2020.

STRUCK, Jean-Philip. Bolsonaro finalmente reconhece Joe Biden como presidente dos Estados Unidos. *Deutsche Welle*. 15/12/2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-finalmente-reconhece-joe-biden-como-presidente-eleito-dos-eua/a-55953296>>. Acesso em: 27/01/2021.

STUENKEL, Oliver. Escolha entre China ou EUA é falso dilema. *EL PAÍS*. 10/12/2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/10/opinion/1544479721\\_385314.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/10/opinion/1544479721_385314.html)>. Acesso em: 09 de dez. de 2020.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. The Clean Network. 2020. Disponível em: <<https://www.state.gov/the-clean-network/>>. Acesso em: 06 de dez. 2020.

THOMAZ, Lais; VIGEVANI, Tullo. America first. A terra é redonda. Disponível em: <[https://aterraeredonda.com.br/america-first/?utm\\_source=rss&utm\\_medium=rss&utm\\_campaign=america-first&utm\\_term=2020-06-10](https://aterraeredonda.com.br/america-first/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=america-first&utm_term=2020-06-10)>. Acesso em: 05 de dez. 2020.

VALDEZ, Robson. Alinhamento automático com EUA é contraproducente para o Brasil. *OPEU. Observatório político dos Estados Unidos*. 07/08/2020. Disponível em:





<<https://www.opeu.org.br/2020/08/07/alinhamento-automatico-com-eua-e-contraproducente-para-o-brasil/>>. Acesso em: 03 de dez. 2020

VERDÉLIO, Andreia. Bolsonaro se encontra com presidente chinês para assinatura de acordos. Agência Brasil. 25/10/2019 Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-10/bolsonaro-se-encontra-com-presidente-chines-para-assinatura-de-acordos>>. Acesso em: 06 de dez. 2020.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. Meridiano 47, 20: e20011, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/27792/24440>>. Acesso em: 06 de dez. 2020.

\_\_\_\_\_; BERNAL-MEZA, Raúl. Bolsonaro versus Rio Branco: transição hegemônica, América do Sul e política externa. Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad. 15 (2). Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/ries/v15n2/1909-3063-ries-15-02-11.pdf>>. 2020.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. Tempo Social – USP. vol. 15 nº 2. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a03v15n2.pdf>>. Acesso em: 02 de dez. 2020.

VILELA, Pedro Rafael. Bolsonaro sinaliza desejo de transferir embaixada do Brasil em Israel. Agência Brasil. 17/12/2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-12/bolsonaro-sinaliza-desejo-de-transferir-embaixada-do-brasil-em-israel>>. Acesso em: 04 de dez. 2020.

VILLELA, Eduardo V. M. As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2003.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. Ensaios FEE, 20 (1), 134-154. 1999. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/235711234.pdf>>. Acesso em: 26 de nov. 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. O Declínio do Poder Americano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 315 p.

WIZIACK, Julio. Brasil cria travas que dificultam investimento chinês no país. Folha de S. Paulo. 09/08/2020. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/brasil-cria-travas-que-dificultam-investimentos-chines-no-pais.shtml>>. Acesso em: 08 de dez. 2020.

YANG, Li. Valorize as Relações China-Brasil, Deputado Eduardo. Câmara Brasil-China. Disponível em: <<https://www.camarabrasilchina.com/noticias-e-publicacoes/noticias/noticias-sobre-negocios-com-a-china/valorize-as-relacoes-china-brasil-deputado-eduardo>>. Acesso em: 01 de dez. 2020.

